



## **SPED: uma ferramenta da contabilidade gerencial para a tomada de decisão**

Gabriela de Andrade Carvalho  
Natália Povidaiko Suto Santos  
Valéria Lopes Guerra da Silva<sup>1</sup>

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Ana Cristina Ghedini Carvalho

**Resumo:** O sistema tributário brasileiro é visto como um sistema extremamente complexo, em que o fisco desenvolve constantemente novos procedimentos de fiscalização para atualizar métodos já existentes, afim de reduzir a sonegação fiscal. O Governo brasileiro inspirou-se em modelos de governos eletrônicos de outros países para a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que permite o envio de informações tributárias e fiscais de forma segura, rápida e, por meio eletrônico, aos órgãos fiscalizadores, minimizando de certa forma tempo e recursos despendidos em tais processos. Em contrapartida, os contribuintes também podem ser beneficiados com essa nova forma de cumprimento das obrigações tributárias acessórias. Diante deste contexto, o objetivo deste trabalho é abordar de forma simplificada a estrutura do SPED e seus subprojetos, e como o mesmo pode ser utilizado nas ferramentas gerenciais e na tomada de decisão através do planejamento estratégico. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliográfica, com a realização e aplicação de questionários junto aos profissionais da área contábil, da cidade de Franca/SP.

**Palavras-chave:** SPED. Contabilidade gerencial. Planejamento estratégico. Tomada de decisão.

### **Introdução**

Atualmente, diante do momento de crise política e financeira que ocasiona uma grande ameaça para a longevidade das empresas, devido à falta de confiabilidade de investidores e à redução do consumo em todos os setores da economia. Nesse sentido, as empresas necessitam de instrumentos que forneçam informações tempestivas e confiáveis sobre a realidade do seu negócio para facilitar a tomada de decisão, não cabendo apenas uma contabilidade que visa cumprir somente exigências tributárias, carente de qualquer conhecimento sobre gestão.

---

<sup>1</sup> Alunas regularmente matriculadas no 8º semestre do Curso de Ciências Contábeis – noturno – do Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca.



A contabilidade gerencial ou “management accounting” é uma área relativamente nova para muitos estudiosos, contudo suas atividades já eram utilizadas antigamente e muitas são as teorias do seu surgimento. Há autores que atribuem o seu surgimento devido ao crescimento da competição empresarial e a busca pela redução de custos, e também afim de se obter um melhor controle do patrimônio e da riqueza acumulada.

De acordo com Ricardino (2005, p. 10), a contabilidade gerencial corresponde a um conjunto de demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, disponibilizado para que grupos de pessoas, com objetivos comuns, voltadas à gestão da empresa, que permite planejar, avaliar e controlar o emprego de recursos próprios ou de terceiros, com vistas a atingir uma determinada meta.

O objetivo da contabilidade gerencial, portanto, é atender todos os aspectos da gestão das entidades, valendo-se da informação contábil (Padoveze, 2012, p. 17). A partir desta afirmação, observa-se como as informações contábeis são essenciais para a gestão da empresa e, por esse motivo, exige com que elas sejam fidedignas e oportunas para facilitar a tomada de decisão.

O Sistema Público de Escrituração Digital foi um projeto desenvolvido pelo Governo Federal, com participações das administrações dos Estados, Municípios e Distrito Federal, com o objetivo de unificar as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único e computadorizado de informações.

O SPED consiste em uma obrigação acessória, que tem por finalidade facilitar a prestação de informações ao fisco que delas se vale para fins de fiscalização, pois possibilita identificar atividades tributárias ilícitas de forma automática e eletrônica por meio de cruzamento de informações, propiciando a uniformidade e racionalização do cumprimento das obrigações acessórias.

Diante da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital nas empresas e da necessidade de um enfoque na gestão, surgiu a questão que norteou esta pesquisa: O SPED pode ser utilizado como ferramenta na gestão contábil e



gerencial nas empresas da cidade de Franca? Desse modo, a presente pesquisa consistiu em analisar e verificar os impactos que o SPED pode causar na tomada de decisão das empresas.

Para alcançarmos os objetivos propostos a) Analisar quais são os benefícios e desvantagens da implementação do SPED; b) Identificar se é possível relacionar a contabilidade gerencial com a tomada de decisão; c) verificar se o SPED pode ser utilizado como uma ferramenta da contabilidade gerencial para a tomada de decisão, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da implantação do sistema, sobre a contabilidade gerencial e planejamento estratégico e, também, uma pesquisa de campo junto a profissionais da área contábil, mediante a aplicação de questionários.

O presente estudo buscou alcançar os profissionais da área contábil, para que se pudesse ter uma visão melhor sobre o SPED, não apenas como uma obrigação acessória. Esse trabalho será de grande importância na área acadêmica, por ser tratar de um assunto pouco explorado, principalmente o SPED e a contabilidade gerencial. Nos próximos capítulos serão descritos os seguintes temas: SPED, contabilidade gerencial e o planejamento estratégico, juntamente com os resultados da pesquisa, as considerações finais e as referências que foram o embasamento deste presente estudo.

## **1 SPED**

O relatório emitido pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) no ano de 2015, considerou que o Brasil é um dos países com a maior carga tributária em toda América Latina e um dos que mais cobram sobre a seguridade social.

O Sistema Tributário Nacional constantemente passa por mudanças na forma de fiscalização dos contribuintes, sendo adotados novos métodos para o controle de arrecadação dos tributos com o intuito de diminuir a sonegação fiscal, fator este que é muito comum em nossa sociedade que faz com que aumente ainda mais a desigualdade e leve a sérios problemas econômicos.



Com o objetivo de diminuir a evasão fiscal o Governo Brasileiro buscou, através do avanço da tecnologia da informação e comunicação eletrônica, um meio para facilitar suas funções em relação à fiscalização e utilizou-se da experiência de governos eletrônicos de outros países como modelo, tais como Espanha, Chile e México. Também entrou na era digital com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), com a finalidade de aproximar o fisco de seus contribuintes.

O SPED foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, e faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). De acordo com o art. 2º do Decreto 6.022/07 a definição para o SPED é a seguinte:

Art. 2º O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

De certo modo, o SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos.

De acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB), o SPED tem como principais objetivos promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Entre os vários benefícios que o SPED traz, destacam-se as demonstrações contábeis que são mais reais e íntegras; a redução de custos e armazenamento de papel contribuindo posteriormente com a preservação do meio ambiente; a simplificação das obrigações acessórias; a redução de fraudes e



consequentemente da sonegação; tempo despendido nos procedimentos; entre outros.

Um dos benefícios mais importantes do SPED, já citado anteriormente, é a simplificação das obrigações acessórias (ou deveres instrumentais) que são as obrigações que as empresas têm de cumprir e estão determinadas no Código Tributário Nacional. Com a diversidade de atividades empresariais existentes no Brasil geram-se muitas obrigações acessórias para serem cumpridas e com a implantação do SPED, o cumprimento destas obrigações junto às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores ficaram de certa forma mais modernos e confiáveis, pois as empresas deixaram de enviar essas obrigações em papel, e passaram a enviar essas informações por meio de um certificado digital on-line.

O quadro 1 apresenta algumas destas obrigações acessórias presentes no projeto SPED que se dividem em áreas específicas conforme elenca a Receita Federal do Brasil (RFB).

**Quadro 1 – Obrigações acessórias**

<b>OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA</b>	<b>O QUE SUBSTITUIU?</b>	<b>COMO É ATUALMENTE?</b>	<b>QUAIS INFORMAÇÕES SÃO TRANSMITIDAS?</b>
<b>Escrituração Contábil Digital (ECD)</b> Instituído pela Instrução Normativa RFB nº 787 do ano de 2007	A <b>ECD</b> compreenderá os livros razão, os livros diários, livros de balancetes diários, balancetes, balanços e fichas de lançamentos.	Atualmente, são repassados por meio de livro eletrônico e para atestar legitimidade será utilizado certificado digital.	A escrituração contábil deve refletir as operações reais da empresa: faturamento, movimentação de estoque, finanças, entre outras.
<b>Escrituração Fiscal Digital (EFD)</b> Instituída pelo convênio ICMS nº 143/2006, em 20 de dezembro de 2016	As informações fiscais da empresa que eram feitas mediante livros impressos.	A <b>EFD</b> utilizará a base de dados do contribuinte afim de gerar um arquivo digital de suas movimentações fiscais.	A <b>EFD</b> , contemplará os documentos fiscais de entrada, saída, inventários, etc.
<b>Escrituração Fiscal Digital - Contribuições (EFD-Contribuições)</b> Instituída pela Instrução Normativa RFB nº1.052, de 5	Não existia nenhum modelo de livro padrão para a apuração do PIS e COFINS.	A <b>EFD-Contribuições</b> é um arquivo digital utilizado pelas pessoas jurídicas na escrituração para o PIS/PASEP e COFINS regime	Todos os documentos de escrita fiscal representativos de receita (saída ou prestações), e no caso de documentos de entrada (mercadoria e serviços) só se forem objeto de apropriação de



de julho de 2010.		cumulativo e/ou não cumulativo.	crédito.
<b>Escrituração Fiscal Digital- ICMS e IPI (EFD- ICMS e IPI)</b> Ajuste SINIEF 02/2009	Os livros de registros de entradas e saídas, Registro de Apuração de ICMS e IPI, Registro de Inventário, etc.	É um arquivo digital que comporta somente assinatura digital.	Constará toda movimentação de entrada e saída, inventário de mercadoria e serviços e todos os dados da fatura das notas fiscais.
<b>Escrituração Contábil Fiscal (ECF)</b> Instituída pelo convênio ICMS nº143/2006	Substitui a Declaração de Informações Econômico- Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).	Na <b>ECF</b> constará o preenchimento e controle, por meio de validações, das partes A e B do Livro Eletrônico de Apuração do Lucro Real (e-Lalur) e do Livro Eletrônico de Apuração da Base de Cálculo da CSLL (e-Lacs), haverá o carregamento de saldos de um ano para outro.	A <b>ECF</b> apresentará as fichas de informações econômicas e de informações gerais em novo formato de preenchimento para as empresas.
<b>Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD- Reinf)</b> Instituída pela Instrução Normativa RFB 1.701/2017  E <b>Escrituração das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (E-Social)</b> Lei Complementar 150, publicada 01 de Outubro de 2015	Substitui a GFIP, a DIRF, RAIS, CAGED, e o módulo da EFD-Contribuições que apura a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB).	Tem por objeto a escrituração de rendimentos pagos e retenções de Imposto de Renda, Contribuição Social do contribuinte exceto aquelas relacionadas ao trabalho e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias substituídas.	Os serviços tomados/prestados, às retenções na fonte (IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP).
<b>Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)</b>  Ajuste SINIEF 7/2005	As notas fiscais impressas modelo 1 e 1-A.	São transmitidas em formato XML com certificação digital.	O governo terá todas as informações da nota fiscal antes mesmo de ocorrer o fato gerador, obtendo com exatidão todos os dados da movimentação de



			produtos, tributação e valores de faturamento.
<b>E- Financeira</b> Instrução Normativa 1571 de 2 de Julho de 2015	Vem em substituição a Dimof (Declaração de Informações sobre Movimentação Financeira).	Ela visa maior controle das operações financeiras permitindo o cruzamento de dados dos contribuintes e troca de informações entre outros países.	São Disponibilizados os valores de transferências bancárias, previdência privada e etc.

**Fonte:** RFB, adaptado pelos autores

Observa-se que o SPED tornou-se ao longo dos anos uma poderosa ferramenta de fiscalização, trazendo tantos benefícios para o governo em si quanto ao meio empresarial, como a redução da concorrência desleal e também melhorias para toda a sociedade.

## 2 Contabilidade gerencial e gestão

A contabilidade gerencial é uma ferramenta indispensável para a administração de qualquer negócio, desde às microempresas até as multinacionais, embora muitos administradores enxerguem a contabilidade apenas como um recurso burocrático de repasse de informações para o governo.

A Federação Internacional de Contadores (International Federation of Accountants – IFA), por meio do pronunciamento da International Management Accounting Practice 1 (IFA, 1998), define a contabilidade gerencial como:

O processo de identificação, mensuração, acumulação, análise, preparação, interpretação e comunicação de informações (financeiras e operacionais) utilizadas pela administração para planejar, avaliar e controlar internamente uma organização e avaliar o uso de seus recursos, assim como contabilizá-los. (apud Padoveze, 2007, p. 31)

De acordo com Padoveze (2012, p. 17), a contabilidade gerencial tem como foco o processo de tomada de decisão dos usuários internos. Através das informações contábeis, os usuários internos podem identificar os pontos fortes e fracos, problemas nas estratégias das empresas, visto que serve de monitoramento de desempenho desde o chão de fábrica até as unidades de negócios. A informação



contábil ainda demonstra os custos padrões, orçamentos, despesas e tudo aquilo que interfere no planejamento das instituições.

Nesse sentido, a contabilidade gerencial surge como uma ferramenta de suma importância, por gerar grande parte das informações utilizadas no planejamento da empresa. Para Horngren, Sundem e Stratton (2000, pg. 4), a contabilidade gerencial facilita o planejamento e controle, fornecendo informações sobre: representação financeira de planos – orçamento; registro e classificação contábil das transações – sistema contábil; e a comparação entre o que foi orçado e o real – relatórios de desempenho.

O papel da contabilidade torna-se crucial nas complexas economias modernas, uma vez que os recursos são escassos, os administradores têm de escolher as melhores alternativas e para isso valem dos dados contábeis, para obter como resultado relatórios periódicos, que são calculados de acordo com a necessidade de informações da gestão.

Em suma, as informações da contabilidade gerencial oferecem um olhar orientado ao futuro, baseando-se em dados para que a empresa projete suas ambições, metas e objetivos e possa se prevenir contra possíveis erros ou crises financeiras que contribuem para o encerramento das atividades da entidade.

## 2.1 Principais ferramentas da contabilidade gerencial

As principais ferramentas da contabilidade gerencial são o orçamento, o fluxo de caixa, as técnicas de análise de investimentos e análise das demonstrações contábeis.

Para Padoveze (2007, pg. 501), o orçamento “é a ferramenta de controle por excelência de todo o processo operacional da empresa, pois envolve todos os setores da companhia, ou seja, é um plano de ação que ajuda na coordenação e implementação de um plano”. A partir do orçamento da empresa, os administradores têm a possibilidade de prever as receitas e as despesas em um determinado exercício e com isso poderiam se preparar e visualizar a continuidade da empresa.





De acordo com Lacerda (2006, pg. 46), o fluxo de caixa “é o relatório mediante o qual se obtém as entradas e saídas de caixa, mediante o qual a empresa terá capacidade de verificar os pagamentos por determinado período”. O objetivo do fluxo é verificar a saúde financeira do negócio, pois possibilita calcular a rentabilidade, a lucratividade, o ponto de equilíbrio e assim conseguindo obter uma resposta clara sobre as possibilidades de sucesso da instituição.

As técnicas de análise de investimentos são tratados por Miotto e Loecky (2008, pg. 5), nos seguintes termos:

São consideradas técnicas de análise de investimento análises horizontais e verticais; indicadores financeiros e econômicos onde se verificam o índice de liquidez, endividamento e rentabilidade, a análise da taxa de retorno sobre investimentos como margem de lucro e giro do ativo e também a análise das demonstrações de origens e aplicações de recursos.

No tocante às demonstrações de resultado das empresas como a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), evidencia a formação do resultado líquido em um exercício, através do confronto das receitas, custos e despesas, apuradas segundo o princípio de regime de competência. Já a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) refere-se aos lucros acumulados ou retidos que ainda não foram distribuídos aos sócios. A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) relaciona a entrada e saída de dinheiro em determinado intervalo de tempo e a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como função identificar o valor da riqueza gerada pela entidade e sua distribuição no seu ambiente interno ou externo da empresa.

O SPED é um sistema muito rico de informações, possui dados sobre a saída e entrada de produtos, as receitas auferidas, além de custos, despesas e encargos como por exemplo o ICMS e IPI e registro de inventários.

Segundo Nascimento (2013, pg. 30),

Os investidores, empreendedores e gestores devem saber de qual ângulo é oportuno olhar para o SPED: Como uma obrigação acessória? Como um elevado investimento sem retorno? Como elevado esforço de aprendizagem? Como uma “revelação virtual” com o fisco? Como uma nova ferramenta de Gestão, principalmente tributária? [...] A depender da forma que a empresa olhar para o SPED, poderá obter resultados positivos ou negativos. Para obtenção de resultados positivos, devem ser analisados



com cautela, os custos, benefícios, aprendizagem, risco e vulnerabilidade e finalmente investimento com retorno.

Um estudo feito na cidade de Francisco Beltrão/PR, realizado por Grasielle Wessling, evidenciou a partir da aplicação de questionários com profissionais da área contábil que o SPED contribui na gestão das informações gerenciais pelo aumento da capacidade da correta interpretação da legislação para o desenvolvimento de trabalhos ligados a gestão e controladoria da entidade, facilitando na elaboração de um planejamento tributário e logístico, também aumentando a confiança das informações transmitidas e a redução de custos e tempo.

### **3 Planejamento estratégico**

O conceito de planejamento estratégico teve sua origem entre meados da década de 40, no qual o termo era usualmente empregado no cenário de guerras, em que os militares começaram a pensar antes de agir, traçando metas e planejando a condução da mesma para alcançarem seus objetivos.

Com o passar do tempo, a competição nos negócios começou a ser mais usual. A imaginação e a capacidade de raciocínio lógico de quem era o responsável pelas estratégias aceleravam os efeitos da competição e de possíveis mudanças.

A competição nos negócios começou na Revolução Industrial pelo mercado de *commodities*; depois no século XX com a produção em massa de Henry Ford e após a 2ª Guerra Mundial é que surgiram os primeiros conceitos de planejamento estratégico.

Nos dias atuais o planejamento estratégico se tornou uma ferramenta fundamental para a administração das empresas, visto que vivem em um cenário altamente competitivo no mercado econômico, existindo uma necessidade de sobrevivência a todo instante.

Nesse sentido ponderam Chiavenato & Sapiro (2003, p. 6):



Acompanhar a acentuada mutação que ocorre constantemente nos mercados é mais fácil do que entender e tomar decisões em função dessas mudanças. De fato, a velocidade das mudanças aumenta e ocorre numa escala sem precedentes. O mundo assiste ao ritmo alucinante dos acontecimentos, que estão impactando as pessoas, as sociedades e a maneira de fazer negócios.

O planejamento estratégico nada mais é do que pensar, agir e fazer planos de maneira que alcance os objetivos da empresa e dos seus gestores. Isto envolve o uso de recursos disponíveis de forma eficiente, aumentando a produtividade, a gestão do tempo, dos riscos financeiros e de pessoal.

De acordo com Samuel & Peter (2004, p. 9) “uma organização pode obter diversos benefícios praticando apropriadamente a administração estratégica. Talvez o benefício mais importante seja a tendência de tais organizações aumentarem seus níveis de lucros”.

O planejamento estratégico possui três níveis, o próprio estratégico, em que é trabalhado nas empresas de forma mais amplo e em um longo prazo; o tático que atua nos setores isoladamente em um prazo médio e o operacional que aborda tarefas ou operações específicas de curto prazo, como mostra o quadro 2.

**Quadro 2 – Níveis de planejamento**

<b>Planejamento</b>	<b>Conteúdo</b>	<b>Extensão de tempo</b>	<b>Amplitude</b>
Estratégico	Genérico e sintético	Longo prazo	Macroorientado. Aborda a empresa como uma totalidade
Tático	Menos genérico e mais detalhado	Médio prazo	Aborda cada unidade da empresa ou cada conjunto de recursos separadamente
Operacional	Detalhado e analítico	Curto prazo	Microorientado. Aborda cada tarefa ou operação isoladamente.

**Fonte:** Chiavenato (1994, p. 218)

Dessa forma, pode ser associado o planejamento estratégico para a tomada de decisão como um processo de gestão que apresenta um aspecto futuro para as decisões empresariais, com o intuito de alcançar os objetivos organizacionais da mesma.



É de suma importância que o gestor tenha conhecimento de como a empresa se portou no passado, para saber como agir no futuro.

Com o SPED, os gestores têm mais facilidade nas projeções dos orçamentos empresariais, devido às informações serem seguras e confiáveis. E com estas informações mais corretas e uma maior agilidade no acesso aos dados, contribui-se para que a entidade tenha uma visão estratégica da organização.

Outro ponto importante a ser analisado com a implantação do SPED, são os benefícios que ele trouxe com sua adoção em relação à redução de recursos monetários e operacionais, entre eles: a redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel, redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias, a redução de custos administrativos, entre outros. Fatores estes que fazem parte de um dos pilares dos princípios gerais do planejamento, que é o princípio das maiores eficiência, eficácia e efetividade em que se deve procurar maximizar os resultados, reduzir os custos e a estabilidade no mercado.

Oliveira (2012, p. 8) trabalhou com os conceitos de eficiência e eficácia ao tratar sobre a boa administração:

[...] para que a empresa seja efetiva, é necessário que ela, também seja eficiente e eficaz. É importante salientar que a eficiência, a eficácia e a efetividade são algumas das principais medidas para avaliar uma boa administração, pois, normalmente, os recursos com os quais o executivo trabalha são escassos e limitados.

Toda organização seja ela pública ou privada, possui objetivos a serem alcançados, e o planejamento estratégico aliado ao SPED atua como uma ferramenta na conquista desses objetivos. Neles podem-se definir o curso das ações, auxiliar os gestores a tomarem as decisões e a avaliar as condições atuais e futuras das empresas, assim como definir padrões de desempenho.

#### **4 Estudo de caso**

Com intuito de verificar se os profissionais contábeis de Franca/SP, estão buscando informações através do Sistema Público de Escrituração Digital



(SPED) para o gerenciamento das empresas na prestação de serviços para a tomada de decisão, e, de certo modo, auxiliando aos seus clientes é que se desenvolveu a presente pesquisa.

Através de um estudo bibliográfico, houve uma percepção e um esclarecimento dos temas ora tratados a partir de revisão do que outros autores estudaram sobre a temática da pesquisa. Posteriormente, realizou-se um estudo de campo a partir de uma pesquisa qualitativa para verificar a opinião dos contadores da cidade de Franca. Foi aplicado um questionário com perguntas abertas e estruturadas. Com o retorno, pode-se observar que há uma carência de informações de alguns profissionais referentes aos temas como a contabilidade gerencial e o planejamento estratégico.

No que diz respeito à amostra pesquisada, destacam-se que foram entrevistados 10 profissionais da área contábil, terceirizados, ou seja, contadores contratados por clientes e não contadores internos das empresas. Dentro dessa amostra, dois são técnicos em contabilidade e oito são contadores devidamente cadastrados no CRC, com tempo de atuação profissional entre cinco a trinta anos, com prestação de serviços a entidades de pequeno e médio porte. Do total dos entrevistados, quatro atuam na área fiscal, dois no departamento pessoal e quatro na contabilidade das empresas.

As entrevistas foram realizadas através de questionários com dez questões dissertativas, com a finalidade de observar a percepção dos entrevistados com relação aos temas desta pesquisa: SPED e Contabilidade Gerencial.

A análise das respostas obtidas foi feita considerando os objetivos do presente estudo, quais sejam: a) Analisar quais são os benefícios e desvantagens da implementação do SPED; b) Identificar se é possível relacionar a contabilidade gerencial com a tomada de decisão; c) verificar se o SPED pode ser utilizado como uma ferramenta da contabilidade gerencial para a tomada de decisão, como demonstra o Quadro 3.

### **Quadro 3** - Análise de questionário conforme objetivos



Analisar quais são os benefícios e desvantagens da implementação do SPED	1) O que você entende por SPED? 2) Há quanto tempo atua na área contábil? 3) Na sua opinião quais são os benefícios trazidos pelo SPED? 4) Quais suas desvantagens?
Identificar se é possível relacionar a contabilidade gerencial com a tomada de decisão	5) O que você compreende por contabilidade gerencial? 6) Você acha possível relacionar a contabilidade gerencial com a tomada de decisão?
Verificar se o SPED pode ser utilizado como uma ferramenta da contabilidade gerencial para a tomada de decisão	7) Em relação ao planejamento estratégico podemos associá-lo ao SPED? 8) Você acha possível utilizar o SPED como ferramenta no auxílio da tomada de decisão? 9) Os seus clientes buscam informações de como gerenciar as suas empresas? 10) Gostaria de fazer alguma observação que não consta nesse questionário?

**Fonte:** elaborado pelos autores

Com relação às vantagens do SPED, ressalta-se que houve um consenso de que o sistema reduz o custo com a dispensa de emissão e armazenamento de papel, de livros, de documentos contábeis e fiscais, com a adoção da NF-e, livros digitais, e diminuição das obrigações acessórias, além da padronização dos lançamentos.

As desvantagens apontadas foram que o SPED ainda duplica as informações a serem prestadas, dificultando o manuseio e, por se tratar de um sistema complexo, em que ocorre muitos erros na sua validação, exige um programa específico para sua elaboração.

Observou-se que a Contabilidade Gerencial foi definida pelos entrevistados como uma ferramenta na tomada de decisão, já que ela auxilia no



processo de redução de custo, melhorando o resultado através dos relatórios de desempenhos.

No que se concerne ao SPED ser utilizado como uma ferramenta da contabilidade gerencial na tomada de decisões, do total entrevistado, seis acreditam que é possível fazer uma relação, pois o SPED fornece uma base rica de informações, possibilitando uma visualização e análise dos dados na confecção de relatórios gerenciais. Dos seis entrevistados que acreditam nesse sentido, três ressaltaram a importância dos relatórios gerenciais a partir do SPED Contábil.

Os demais quatro entrevistados relataram que no SPED a contabilidade da empresa acaba sendo distorcida para atender a fins fiscais, em detrimento aos reais interesses da empresa.

Outro aspecto importante abordado nos questionários foi se existe a busca dos empresários e/ou clientes por informações, através do SPED, de como possam gerir as suas empresa. Os entrevistados afirmaram que os empresários procuram por informações de gerenciamento, sendo orientados a prestarem informações legítimas, sempre com a separação da pessoa física com a jurídica.

## **5 Considerações finais**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou identificar e analisar se o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) pode ser utilizado como ferramenta da contabilidade gerencial para a tomada de decisão. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo, mediante aplicação de questionário aos profissionais contábeis, e também foi realizada uma revisão bibliográfica do conteúdo da pesquisa.

A contabilidade gerencial apresenta-se como um conjunto de técnicas e procedimentos que analisam a informações contábeis úteis para auxiliar os administradores e gestores das entidades no seu processo decisório.

As informações contábeis passaram a ser fornecidas por meio do SPED, que substituiu a forma de escrituração dos livros contábeis e fiscais, do formato em papel para o digital, unificando todas as atividades de validação,



autenticação e armazenamento dos documentos contábeis e fiscais das pessoas jurídicas, auxiliando no cumprimento das obrigações acessórias e em sua comunicação com os órgãos fiscalizadores.

De modo geral, mesmo existindo opiniões divergentes, a pesquisa demonstra que seis dos dez profissionais da área contábil entendem que é possível utilizar o SPED como ferramenta da contabilidade gerencial na tomada de decisão.

Através do referencial teórico e da aplicação dos questionários, foi possível evidenciar as vantagens do SPED como a redução do custo com armazenamento e emissão de papel, com a adoção da NF-e, com os livros digitais e através da padronização dos lançamentos, facilitando a elaboração do planejamento tributário. As desvantagens apontadas foram a dificuldade da validação das informações por se tratar de um sistema complexo e submissão total aos leiautes impostos pelo fisco.

A pesquisa também demonstrou que o SPED pode ser utilizado como ferramenta da contabilidade gerencial para a tomada de decisão, pois ele fornece informações de todos os setores da empresa, facilitando a visualização e análise dos dados na confecção de relatórios gerenciais.

Dada a relevância, no cenário atual, do SPED perante a contabilidade gerencial, percebe-se a importância de se explorar mais esta temática, sugerindo-se para investigações futuras a realização da pesquisa sob o ponto de vista de administradores e gestores.

## Referências

BRASIL. Lei nº 6.022, de 22 de janeiro 2007. Institui o sistema público de escrituração digital - Sped. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6022.htm)>. Acesso em 7 ago. 2017.

CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica: planejamento e implantação da estratégia. 1. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. Administração – teoria, processo e prática. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 1994.





CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

ECD. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/499>>. Acesso em 7 Jul. 2017.

ECF. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1285>>. Acesso em 7 Jul. 2017.

EFD. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/499>>. Acesso em 7 Jul. 2017.

EFD Contribuições. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/284>>. Acesso em 7 Jul. 2017.

EFD ICMS e IPI. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/523>>. Acesso em 7 Jul. 2017.

EFD REINF. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1494>>. Acesso em 7 Jul. 2017.

E- Financeira. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1499>>. Acesso em 7 Jul. 2017.

E- Social. Disponível em: <<http://portal.esocial.gov.br/institucional/conheca-o>>. Acesso em 7 Jul. 2017.

GERON, Cecília M. Santostaso et al. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção, Brasília, v. 5, n. 2, p. 44-67, mai-ago. 2011. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4416/441642774004/>>. Acesso em 7 ago. 2017.

HORNGREN, Charles T.; SUNDEM, Gary L.; STRATTON, Willian O. Contabilidade gerencial. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2000.

LACERDA, Joabe Barbosa. A Contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira das micros, pequenas e médias empresas (MPMES): necessidade e aplicabilidade, Brasília, ano XXXV, n. 160, p. 38-53, jul-ago. 2006. RBC - Revista Brasileira de Contabilidade. Disponível em: <<http://bis.sebrae.com.br/bis/conteudoPublicacao.zhtml?id=1109>>. Acesso em 20 Jul. 2017.

LIZOTE, Suzete Antonieta; MARIOT, Diego Menin. A estrutura do Sistema Público de Estruturação Digital (SPED): um estudo das novas obrigações, Santa Catarina, v. 2, n. 2, p. 17-25, set. 2012. NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia. Disponível



em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350450810002>>. Acesso em 7 ago. 2017.

NF-e. Disponível em:  
<<https://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM>>. Acesso em 7 Jul. 2017.

MAHLE, Marciane Maria; SANTANA, Alex F. Bertollo. Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC, Santa Catarina, v. 8, n. 23, p. 73-92, abr-jul. 2009. Revista Catarinense da Ciência Contábil. Disponível em:  
<<http://www.redalyc.org/html/4775/477549013006/>>. Acesso em 7 ago. 2017.

MIOTTO, Neivandra; LOZECKYI, Jeferson. A importância da contabilidade gerencial na tomada de decisão nas empresas, Paraná, 5. ed., p. 1-11, 2008. UNICENTRO – Revista eletrônica Lato Sensu. Disponível em:  
<[http://arquivos.suporte.ueg.br/moodlebetinha/moodledata/136/moddata/assignment/358/1180/A\\_IMPORTANCIA\\_DA\\_CONTABILIDADE\\_GERENCIAL\\_NA\\_TOMADA\\_D\\_E\\_DECISAO\\_NAS\\_EMPRESAS.pdf](http://arquivos.suporte.ueg.br/moodlebetinha/moodledata/136/moddata/assignment/358/1180/A_IMPORTANCIA_DA_CONTABILIDADE_GERENCIAL_NA_TOMADA_D_E_DECISAO_NAS_EMPRESAS.pdf)>. Acesso em 20 jul. 2016.

NASCIMENTO, Geuma C.. Sped: sistema público de escrituração digital sem armadilhas. 1. ed. São Paulo: Trevisan, 2013.

PADOVEZE, Clovis Luís. Contabilidade gerencial - um enfoque em sistema de informação contábil. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

\_\_\_\_\_. Contabilidade gerencial. 1. ed. Curitiba: Iesde Brasil S.A., 2012. Disponível em:  
<[https://books.google.pt/books?id=phJkhgva1\\_4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs\\_atb#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?id=phJkhgva1_4C&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_atb#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em 2 ago. 2017.

RICARDINO, Álvaro. Contabilidade gerencial e societária origens e desenvolvimento. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

RUSCHEL, Marcia Erna; FREZZA, Ricardo; UTZIG, Mara J. Santore. O impacto do SPED na contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil, Santa Catarina, v. 10, n. 29, p. 9-26, abr-jul. 2011. Revista Catarinense da Ciência Contábil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=477548338002>>. Acesso em 7 ago. 2017.

SPED - Sistema público de escrituração digital. Disponível em:  
<<http://sped.rfb.gov.br/>>. Acesso em 7 ago. 2017.

WESSLING, Grasielle. O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e seus impactos na gestão das informações contábeis e gerenciais, Paraná, v. 3, n. 3, 2011. Revista e-ESTUDANTE – Electronic Accounting And Management. Disponível em:



<<http://revistas.utfpr.edu.br/pb/index.php/ecap/article/view/1338/766>>. Acesso em 4 fev. 2017.